

— Condene a Comissão a suportar as suas próprias despesas bem como as despesas da recorrente.

Fundamentos e principais argumentos

Violação de um prazo razoável para a tomada de uma decisão

i. Prescrição do procedimento

Entende a recorrente que a decisão impugnada foi adotada após ter decorrido o prazo de 4 anos fixado para a prescrição do procedimento, tal como previsto no artigo 3.º do Regulamento (CE, Euratom) n.º 2988/95 ⁽¹⁾ do Conselho. De igual modo, mesmo que porventura houvesse lugar a uma eventual interrupção do prazo de prescrição do procedimento, o dobro do prazo de prescrição foi ultrapassado sem que fosse proferida qualquer decisão, em conformidade com a disposto no quarto parágrafo do n.º 1 do artigo 3.º do citado Regulamento. Por estar prescrito o direito correspondente, a decisão impugnada deveria ser considerada ilegal e insuscetível de ser executada.

ii. Violação do princípio da segurança jurídica

A recorrente considera que a facto de a Comissão ter deixado decorrer mais de 20 anos entre as alegadas irregularidades e a adoção da decisão impugnada implicou a desrespeito pelo princípio da segurança jurídica. Este princípio fundamental da ordem jurídica da União Europeia prevê que todas as pessoas tem direito a que os seus assuntos sejam tratados pelas instituições da União num prazo razoável.

iii. Violação dos direitos de defesa

A recorrente considera ter sido violado o seu direito de defesa, na medida em que, tendo em conta que decorreram mais de 20 anos entre as alegadas irregularidades e a adoção da decisão final, a recorrente ficou privada do direito de apresentar as suas observações em tempo útil, isto é, numa altura em que ainda dispunha de documentos que permitissem justificar as despesas consideradas não elegíveis pela Comissão.

⁽¹⁾ Regulamento (CE, Euratom) n.º 2988/95 do Conselho, de 18 de dezembro de 1995, relativo à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias (JO L 312, p. 1)

Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Rad van State (Países Baixos) em 5 de julho de 2013 — M. G., N. R./Staatssecretaris van Veiligheid en Justitie

(Processo C-383/13)

(2013/C 260/62)

Língua do processo: neerlandês

Órgão jurisdicional de reenvio

Rad van State

Partes no processo principal

Recorrentes: N. R.
M. G.

Recorrido: Staatssecretaris van Veiligheid en Justitie

Questões prejudiciais

1. A violação, pelo órgão da Administração Pública nacional, do princípio geral do respeito pelos direitos de defesa, igualmente exposto no artigo 41.º, n.º 2, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia ⁽¹⁾, ao adotar uma decisão de prorrogação de uma medida de detenção, na aceção do artigo 15.º, n.º 6, da Diretiva 2008/115/CE ⁽²⁾ do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa a normas e procedimentos comuns nos Estados-Membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular, implica, sem mais e em todos os casos, que a detenção deve ser levantada?
2. Este princípio geral do respeito pelos direitos de defesa deixa margem para uma ponderação de interesses em que também sejam levados em conta, além da gravidade da violação deste princípio e os interesses do estrangeiro lesados por essa violação, os interesses prosseguidos pelo Estado-Membro com a prorrogação da detenção?

⁽¹⁾ JO 2000, C 364, p. 1.

⁽²⁾ JO L 348, p. 98.

Ação intentada em 5 de julho de 2013 — Comissão Europeia/República de Chipre

(Processo C-386/13)

(2013/C 260/63)

Língua do processo: grego

Partes

Demandante: Comissão Europeia (representantes: P. Hetsch, K. Herrmann e M. Patakia)

Demandada: República de Chipre

Pedidos da demandante

— Declaração de que, não tendo adotado todas as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à Diretiva 2009/28/CE ⁽¹⁾, relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis, que altera e subsequentemente revoga as Diretivas 2001/77/CE ⁽²⁾ e 2003/30/CE ⁽³⁾, ou, em todo o caso, não tendo comunicado tais disposições à Comissão, a República de Chipre não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força do artigo 27.º, n.º 1, da referida diretiva;